

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.522.439 - PR (2019/0172758-9)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
AGRAVANTE : ERNANDES NENEMANN (PRESO)
ADVOGADO : MARCOS CÂNDIDO RODEIRO - PR040988
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **ERNANDES NENEMANN** contra decisão que inadmitiu recurso especial manejado em face de acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 457/548):

"PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES DE ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES E PELO EMPREGO DE ARMA DE FOGO (ART. 157, §2º, I E II, DO CP) E DE ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 311, 'CAPUT', DO CP). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DO RÉU.

1) PRELIMINAR DE MÉRITO. NULIDADE DO FEITO POR AUSÊNCIA DE INTERROGATÓRIO DO RÉU. RÉU PESSOALMENTE CITADO, QUE DEIXOU DE SER INTIMADO PARA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, POIS MUDOU DE ENDEREÇO SEM PRÉVIA COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. DEFENSOR CONSTITUÍDO PRESENTE NA AUDIÊNCIA QUE NADA OPÔS AO PROCEDIMENTO ADOTADO PELO MAGISTRADO. AUSÊNCIA INJUSTIFICADA. INTELIGÊNCIA DO ART. 367, CPP. NÃO ACOLHIMENTO.

2) MÉRITO. CRIMES DE ROUBO MAJORADO E DE ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PLEITO ABSOLUTÓRIO. TESE AFASTADA. CONJUNTO PROBATÓRIO SÓLIDO E INSOFISMÁVEL QUANTO A AUTORIA E MATERIALIDADE DOS DELITOS DE ROUBO MAJORADO E DE ADULTERAÇÃO DE SINAL

Superior Tribunal de Justiça

IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PALAVRAS DA VÍTIMA E DOS GUARDAS MUNICIPAIS COESAS E HARMÔNICAS ENTRE SI. RELEVANTE VALOR PROBANTE. PRECEDENTES. CONDENAÇÃO MANTIDA.

3) PENA. MAJORANTES. AFASTAMENTO DAS CAUSAS DE ESPECIAL AUMENTO DO 'CONCURSO DE AGENTES' E DO 'EMPREGO DE ARMA DE FOGO'. TESE AFASTADA. PRESENÇA DAS MAJORANTES COMPROVADAS MEDIANTE A PALAVRA DA VÍTIMA. PRECEDENTES. APENAMENTO MANTIDO, NESTA FASE.

4) REGIME PRISIONAL. REGIME INICIALMENTE FECHADO MANTIDO.

5) DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. TESE AFASTADA. RÉU QUE SE ESQUIVOU DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL, CIÊNCIA DE QUE CORRIA CONTRA SI O PRESENTE PROCESSO CRIMINAL. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

"[...] 2. No caso dos autos, o paciente foi validamente cientificado da existência da ação penal deflagrada, não tendo sido notificado da data da audiência de instrução e julgamento por haver mudado de endereço sem comunicar o Juízo, motivo pelo qual foi decretada sua revelia. 3. Assim, se o réu não foi interrogado porque, mesmo sabendo da existência de ação penal em seu desfavor, se mudou sem aviso prévio, o que impossibilitou a sua intimação acerca da audiência de instrução e julgamento, não pode a defesa pretender que o feito seja anulado sob o argumento de que teria o direito de ser inquirido em juízo." (HC 347.082/MT, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018).

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO

Opostos embargos de declaração, pela combativa Defesa, estes foram acolhidos para sanar vício de omissão no v. acórdão embargado, sem, contudo, efeito modificativo. Eis a ementa do julgado (fls. 497):

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE ACÓRDÃO. CRIMES DE ROUBO MAJORADO E DE ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. AVENTADO VÍCIO DE OMISSÃO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO ENTRE OS ALUDIDOS DELITOS. INVIABILIDADE. CONDUTAS DISTINTAS E INDEPENDENTES. DECISÃO MANTIDA. APONTADO VÍCIO DE OMISSÃO DECLARADO E DEVIDAMENTE

Superior Tribunal de Justiça

FUNDAMENTADO, SEM EFEITOS MODIFICATIVOS."

Nas razões do recurso especial (fls. 516/531), interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, a Defesa sustenta violação aos seguintes dispositivos legais:

a) artigo 185 do Código de Processo Penal c.c. o artigo 5º, inciso LV da Constituição da República, por cerceamento do direito de defesa.

b) artigo 5º, inciso XLVI, alínea **a** da Constituição da República c/c o artigo 311 do Código Penal, ao argumento de negativa da aplicação do princípio da individualização da pena e da incidência do princípio da consunção.

c) artigo 70 do Código Penal, ao deixar de aplicar as regras do concurso formal de crimes.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 537/539), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na incidência das **Súmulas 7 e 83, ambas do STJ, e 283 do STF**, além da **ausência do devido prequestionamento** e do não cabimento de violação a **dispositivos constitucionais** em sede de recurso especial. (fls. 546/551).

Nas razões do agravo (fls. 560/570), postula-se o processamento do recurso especial, haja vista o cumprimento dos requisitos necessários a sua admissão.

Foi protocolada petição de fls. 593/597 para regularização da representação processual. O Ministério Público Federal, em seu parecer, manifestou-se pelo **não conhecimento** do agravo em recurso especial (fls. 610/616), conforme a seguinte ementa:

"AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO E ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. INSTRUÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE INTERROGATÓRIO DO RÉU. TENTATIVA DE INTIMAÇÃO INFRUTÍFERA. DEFENSOR DEVIDAMENTE INTIMADO. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO ATACADO QUE ESTÁ CONFORME O POSICIONAMENTO DESSA CORTE SUPERIOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83

Superior Tribunal de Justiça

DO STJ. PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO ENTRE OS DELITOS DE ROUBO E ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. INAPLICABILIDADE. DIVERSIDADE DE TUTELA JURÍDICA. DELITOS AUTÔNOMOS. RECONHECIMENTO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO QUE IMPLICA EM DILAÇÃO PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. SUBSIDIARIAMENTE, APLICAÇÃO DO CONCURSO FORMAL ENTRE OS DELITOS. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA NÃO EXAMINADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO AGRAVO."

É o relatório.

Decido.

Conforme relatado, o apelo nobre foi inadmitido pelo Tribunal a quo em razão da incidência das **Súmulas 7 e 83, ambas do STJ, e 283 do STF**, além da **ausência do devido prequestionamento** e do **não cabimento de violação a dispositivos constitucionais** em sede de recurso especial.

No caso, o agravante deixou de infirmar, **de maneira adequada e suficiente**, as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, não bastando, para tanto, deduzir genericamente a inaplicabilidade dos óbices apontados na decisão agravada.

Com efeito, das razões colacionadas na irresignação, verifico que a parte não refutou a aplicação da **Súmula 7/STJ** de maneira adequada, pois não trouxe cópias do aresto recorrido e das razões do recurso especial, de maneira a demonstrar a não incidência do referido verbete sumular, tampouco indicou precedentes em sentido contrário ao colacionado no **decisum agravado**.

Outrossim, a decisão de admissibilidade do recurso especial encontra-se fundamentada na incidência da **Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal**, em razão da ausência de impugnação a todos os argumentos do v. acórdão recorrido, quanto à alegada violação do art. 367 do Código de Processo Penal. Sendo certo, no ponto, que a Defesa **olvidou-se** de rebater a incidência da **Súmula 283/STF**.

Superior Tribunal de Justiça

Além disso, não houve impugnação ao fundamento de ausência de prequestionamento no que tange ao malferimento do art. 70 do Código Penal e o agravante também não refutou o descabimento de afronta a dispositivos da Constituição Federal.

Desse modo, a ausência de impugnação adequada dos fundamentos empregados pela Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre, nos termos do art. 932, inciso III do CPC, impede o conhecimento do agravo, cujo **único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles**. Nesse sentido:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.

2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 16/5/2016).

Ademais, a jurisprudência desta e. Corte Superior de Justiça é assente no sentido de que: *"O óbice contido na Súmula 83/STJ também se aplica ao recurso especial interposto com fulcro na alínea a do inciso III do art. 105 da Constituição Federal."* (AgRg no AREsp 1248218/PR, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 06/12/2018).

Ora, não basta deduzir a inaplicabilidade do óbice sumular, devendo ser esclarecido o rechaço aos pontos esteaes da decisão de admissibilidade, **como comprovar, por meio da indicação de precedentes atuais desta Corte Superior, a desarmonia do julgado ou da ausência de entendimento pacificado sobre a matéria**, por exemplo, evidenciando, assim, a inaplicabilidade do embaraço indicado pelo Tribunal **a quo**, o que não

Superior Tribunal de Justiça

ocorreu. Assim, "esta Corte firmou o entendimento de que, **"quando o inconformismo excepcional não é admitido pela instância ordinária, com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida"** (AgRg no AREsp 709.926/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016), o que não ocorreu no caso destes autos" (AgRg no AREsp 637.462/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 1º/8/2017, destaquei).

Ainda, no que diz respeito à **impugnação da aplicação do óbice da Súmula 83/STJ**:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 83/STJ QUANTO À VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA DA INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ.

1. Não se conhece de agravo em recurso especial (art. 544 do CPC) que não impugna especificamente os fundamentos da decisão de admissibilidade.

2. A inadmissão do recurso especial com base na Súmula n. 83/STJ impõe ao agravante indicar precedentes contemporâneos, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial do STJ.

[...]

4. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp 740.816/SC, Primeira Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 23/10/2015, grifei).

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação dos fundamentos da decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Superior Tribunal de Justiça

P. e I.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Leopoldo de Arruda Raposo
(Desembargador Convocado do TJ/PE)
Relator

